

# Como aconteceu com Joice Hasselmann: o que é violência política de gênero?

A crise no PSL, envolvendo apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, de um lado, e o presidente do partido, o deputado federal Luciano Bivar, de outro, resultou em uma situação inusitada, mas já conhecida das mulheres que escolhem seguir a vida pública: a violência política de gênero. O alvo foi a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), que criticou o partido e sofreu ataques relacionados à sua aparência de políticos da própria legenda. Em entrevista ao programa “Roda Viva” (TV Cultura) nesta segunda (21), ela comentou sobre a repercussão na internet: “São ataques muito baixos, muito sujos, fazendo montagem minha com imagem de bicho, com corpo de porco”.

[\(Universa, 23/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A violência política de gênero é caracterizada por comportamentos ofensivos, perseguições e agressões cometidos contra políticas mulheres especificamente por serem do sexo feminino. “As ofensas no embate político são comuns, mas, enquanto o homem é chamado de ladrão ou de burro, a mulher é atacada por questões pessoais, normalmente relacionadas à aparência e a um suposto descontrole emocional. Então é sempre a gorda, a feia ou a louca, a histérica”, afirma a advogada Maíra Recchia, secretária-geral da Comissão de Direito Eleitoral da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) São Paulo e integrante da Rede Feminista de Juristas.

Um projeto pioneiro que ajudou a popularizar o termo foi uma lei de 2012, criada na Bolívia, para combater o assédio e a violência política contra mulheres. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), é a primeira e única legislação específica em todo o mundo.

Maíra ressalta que, além desses ataques explícitos, há situações veladas. “Quando, por exemplo, os partidos não repassam verba às mulheres, não as colocam em posições de tomada de decisão ou as perseguem. Quando, mesmo filiadas, elas são negligenciadas”, explica. Maíra cita um caso de 2017, em que conseguiu autorização da Justiça para que a vereadora Beth Manoel (PSL), da cidade de Itapira, no interior de São Paulo, pudesse se desfiliar do PSDB sem sofrer sanções, após ser perseguida e difamada por colegas de legenda por querer assumir um posto de liderança na Câmara de Vereadores. “É o tipo de situação que nunca vi acontecer com homens.”

Casos de violência política de gênero são mais comuns do que se imagina. Conheça alguns episódios recentes:

## **Joice Hasselmann: chamada de “biscate” e “Peppa Pig” por colegas do próprio partido**

Em setembro de 2018, ainda durante a campanha eleitoral, Joice foi chamada de “biscate” no Twitter pelo também candidato a deputado federal Alexandre Frota, então colega de partido (Frota passou para o PSDB após expulsão do PSL). Ele se desculpou e apagou a mensagem. A parlamentar voltou a ser atacada no sábado (19) por um colega de partido, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, com quem vive uma queda de braço. Eduardo se referiu a ela como “Peppa Pig”. “Ele poderia ter dito diversas coisas sobre ela, mas escolheu a aparência. Também usam ‘louca’ e ‘desequilibrada’. São sempre xingamentos relacionados ao feminino”, afirma Maíra.

Em junho deste ano, Frota atacou outra colega deputada, Sâmia Bomfim (PSOL-SP), chamando-a de “hamburgão da Câmara” no Twitter. Mais uma vez se desculpou e apagou a postagem. “Ele me procurou e disse que aquilo não voltaria a acontecer”, disse Sâmia em entrevista a *Universa*.

### **Críticas a roupas: muito colorida, muito decotada**

Em setembro, a deputada estadual pelo Rio de Janeiro Dani Monteiro (PSOL) denunciou o colega do PSL Alexandre Knoploch ao Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do estado depois que o parlamentar criticou, durante uma fala no plenário da casa, as roupas coloridas que a deputada vestia.

“Estão fazendo isso aqui de ‘Escolinha do Professor Raimundo’. Inclusive, denegrindo a imagem das mulheres. Existem formas de estar neste parlamento, e de vestimenta. Isto aqui não é ‘Chiquititas’, não é ‘Carrossel’ (?). Temos que levar isso aqui com seriedade”, disse o deputado.

Em fevereiro, a deputada estadual Paulinha (PDT-SC) tomou posse do cargo com um macacão vermelho decotado, foi ofendida e chegou a ser ameaçada por causa da roupa escolhida. Paulinha foi a quinta pessoa mais votada do estado para o cargo e já tinha um histórico de aprovação na política: foi prefeita de Bombinhas (SC), reeleita em 2017 com 73% dos votos para o mandato que abdicou ao concorrer como deputada. “A participação da mulher na sociedade é tão minúscula que um decote pode ficar enorme. Vou continuar vestindo o que eu quero”, disse, em entrevista a *Universa*.

### **Não é porque sou mulher que vocês vão falar o que quiserem”**

Em maio deste ano, a deputada Geovania de Sá (PSDB-SC) presidiu uma sessão na Câmara das Deputadas e foi ofendida pelo deputado Expedito Netto (PSD-RO). Aos berros, Netto se referiu a Geovania como “fraca”, pois não teria controlado uma discussão entre outros parlamentares.

“Respeito a essa presidência. Aqui não. Me respeitem! Não é só porque sou mulher que vocês vão falar o que quiserem. Deu”, disse Geovania, que recebeu palmas de outras parlamentares após a colocação.

A bancada feminina do PSDB se pronunciou publicamente e disse que não só repudiava as ofensas contra a deputada como pedia providências à secretaria-geral da mesa, “para que esse tipo de comportamento seja coibido nesta Casa, que precisa dar o exemplo à sociedade e combater qualquer tipo de preconceito de gênero, raça e religião”.

### **Mulheres estão nos partidos, mas não como líderes**

Somente 3 dos 30 partidos com representação no Congresso têm presidentes mulheres —PT, PCdoB e Podemos. E as cúpulas têm menos de um terço de representantes do sexo feminino entre os dirigentes.

São números que não condizem com a taxa de filiações: dos 16,7 milhões de filiados a partidos no Brasil, 44% são mulheres, segundo a Justiça Eleitoral.

A falta de mulheres em posições de liderança nos partidos resulta diretamente na disparidade de divisão de verba, segundo a professora de Direito da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e

pesquisadora em gênero e política Ligia Fabris. A dificuldade em acessar os recursos também é considerada uma violência política. “Mesmo os 30% obrigatórios para as candidaturas femininas são distribuídos, no geral, por homens. O que vemos é que se investe quase toda a verba em uma mulher só, é desigual e não amplia a participação feminina”, diz Ligia.

Se elas não estão no lugar da tomada de decisões, não controlam como a verba será distribuída e não escolhem quais candidatas serão aquelas em que o partido vai investir”, diz a pesquisadora. “Muitas delas relatam que não são vistas como autoridades por seus colegas para negociar, fazer alianças. E, mesmo dentro dos partidos, são assediadas sexual e moralmente.”.

“Poucas mulheres têm protagonismo nos diretórios”, afirma Maíra. “Temos uma legislação que garante a participação feminina em esferas da política, mas é boicotada, minada. Quando elas chegam nesses espaços, são ridicularizadas e sua palavra não é levada em consideração. Isso tudo é travestido de independência partidária. Mas é uma forma de violência silenciosa”, diz a advogada.

### **Projeto quer tornar violência política crime eleitoral**

Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados prevê pena de três a oito anos de reclusão para quem cometer violência política “através de pressão, perseguição, assédio, ameaça, agressão, seja física ou psicológica, contra mulheres candidatas, eleitas, nomeadas ou no exercício de cargo político”. A proposta, de autoria da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi apresentada em 2018 e aguarda votação no plenário da casa.

Ao justificar a necessidade da lei, no texto do projeto de lei apresentado, Cristiane dá o exemplo do que as mulheres vivem dentro do Congresso. “Episódios ocorridos no Congresso Nacional durante a votação da reforma política, em que se pleiteava a instituição de cotas de gênero para os cargos proporcionais [de cadeiras dentro do Congresso e não só para as candidaturas dos partidos], revelaram a mentalidade predominante no parlamento. O resultado da votação e as justificativas apresentadas em plenário para negar a adoção da discriminação positiva escancararam um inconsciente coletivo que nega à mulher plenitude de direitos e cidadania e o quanto soa paradoxal e injusto um parlamento majoritariamente masculino legislando para mulheres.”

*Por Camila Brandalise*

---

**[Jornalista Joice Hasselmann, ofende e discrimina social e racialmente senadora negra dentro do senado Brasileiro, por](#)**

# **Monica Aguiar**

Não existe palavras para responder esta “jornalista”. Diante do quadro político, ela reafirma para o mundo os motivos do Brasil estar dividido. Dividido entre os que não querem pessoas do perfil humano da Senadora que é negra, ocupando espaços políticos e de poder, conforme afirmação em tela desta jornalista.

**(Blog Mulher Negra, 02/09/2016 - acesse no site de origem)**

Não suportam ouvir e presenciar nas tribunas e nos espaços de poder mulheres negras, principalmente as negras que lutam por igualdades, direitos e pela cidadania.

Esta pessoa que escolheu como profissão o jornalismo, não aprendeu na faculdade os princípios básicos da ÉTICA.

O que pensar de tais conceitos vindo de uma jornalista branca à uma mulher negra? Será que alguém vai ter dúvidas que isto é ódio racial?

No lugar que a Senadora se encontra, no SENADO, qual a diferença existente entre seus colegas senadores?

A Senadora foi eleita democraticamente, pois os senadores e senadoras são eleitos pelo voto majoritário - ou seja, vence quem recebe a maior quantidade de votos em seu estado.

Esta “jornalista” consegue demonstrar todas as diferenças raciais existente . Isso é a típica conduta denominada jornalística praticada durante a administração de Dilma Rousseff. E a “figura” fez questão de cita-las.

Estas diferenças raciais e sociais são veladas dentro do exercício branco da falsa democracia racial existente.

São estas diferenças que matam e mutilam milhares de negros e mulheres neste grande e vasto Brasil.

Diferenças que humilham, desrespeitam e promovem manobras justificadas até nas leis sobrepostas aos interesses políticos, para forçar a mulher negra neste país Brasil voltar a desempenhar o mesmo papel do sistema escravagista.

Isto tudo , dentro do SENADO FEDERAL do BRASIL, durante processo de votação para RETIRADA do cargo da primeira mulher Presidente do Brasil.

Fica escancarada para sociedade, ainda mais os verdadeiros motivos de certos setores da imprensa não querer uma mulher na Presidência.

Esta figura “jornalista”, merece punição mais severa aos que cometem crimes contra agentes públicos .

Esta jornalista feriu todas os quesitos sociais que desnudam todo tipo de preconceito, violência e humilhação .

A jornalista Joice Hasselmann, ex-Veja, chamou Regina Sousa de “anta”, “semianalfabeta” e “uma criatura cretina”, no momento em que a senadora se pronunciava em defesa de Dilma.

Joice Hasselmann foi denunciada pelo Conselho de Ética do Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindijor-PR) por 65 plágios de veículos como Gazeta do Povo, Bem Paraná e G1 escritos por 42 pessoas diferentes. O sindicato comprovou a cópia dos conteúdos e impediu, definitivamente, o ingresso da jornalista no quadro da entidade ([leia aqui](#)).

Esta não é a primeira vez que a senadora é vítima preconceitos. Na votação do impeachment na Câmara Federal, no dia 17 de abril, o humorista e apresentador Danilo Gentili chamou a petista de “tia do café”.

### **Os advogados da senadora disseram que a jornalista vai responder juridicamente pelas ofensas.**

Em nota, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT afirma que a jornalista “a instruída jornalista é, coincidentemente, o estereótipo de tudo aquilo contra o qual a Senadora luta: preconceito, conservadorismo, ignorância, injustiça, desrespeito, falta de ética”. “Ética é, por sinal, um substantivo que não consta no dicionário da senhora Hasselmann, que ficou conhecida por plagiar reportagens de mais de 42 profissionais diferentes”, diz o texto. Em resposta as agressões desta dita jornalista a Secretaria de Mulheres do PT fez lançamento de nota *de desagravo à Senadora Regina Sousa*

*Letramento não é sinônimo de educação. Cor não é sinônimo de superioridade. Respeito é atitude que se aprende na vida. Ética é postura que se adota e se aplica em qualquer situação.*

*A Senadora Regina Sousa, cujo histórico de dignidade, honradez, senso de justiça e de muito trabalho e luta em defesa de uma sociedade mais justa e menos preconceituosa e conservadora, foi alvo da agressão desvairada de uma senhora denominada Joice Hasselmann. A instruída jornalista é, coincidentemente, o estereótipo de tudo aquilo contra o qual a Senadora luta: preconceito, conservadorismo, ignorância, injustiça, desrespeito, falta de ética. Ética é, por sinal, um substantivo que não consta no dicionário da senhora Hasselmann, que ficou conhecida por plagiar reportagens de mais de 42 profissionais diferentes.*

*Não haveríamos de perder tempo com a performance de tal figura, se não fosse tão somente para manifestarmos todo o nosso respeito e apreço à Senadora Regina Sousa pela força, determinação, simplicidade, coragem e história da mulher, da trabalhadora, da liderança política que se forjou na luta contra as adversidades e aprendeu no caminhar o sentido mais profundo do que é ser superior.*